

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.754.199 - CE (2018/0178096-1)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : ASSOCIACAO CEARENSE DOS EMPRESARIOS DA  
CONSTRUCAO E LOTEADORES - ACECOL  
**ADVOGADOS** : EDWIN BASTO DAMASCENO - CE014361  
RODRIGO ADERALDO MIRANDA E OUTRO(S) - CE027518  
**RECORRIDO** : ESTADO DO CEARÁ  
**PROCURADOR** : VICENTE MARTINS PRATA BRAGA - CE019309  
**RECORRIDO** : SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MEIO  
AMBIENTE-SEMACE  
**ADVOGADOS** : LORENA SILVA VASCONCELOS - CE018004  
PAULA PEIXOTO ITABORAHY - CE029028  
**RECORRIDO** : MUNICIPIO DE FORTALEZA  
**PROCURADOR** : FERNANDA MARIA DIÓGENES DE MENEZES OLIVEIRA -  
CE015775

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial interposto pela ASSOCIAÇÃO CEARENSE DOS EMPRESÁRIOS DA CONSTRUÇÃO E LOTEADORES - ACECOL, com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado:

"EMENTA:PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DA ASSOCIAÇÃO AUTORA. CONFIGURADA. PERTINÊNCIA TEMÁTICA INEXISTENTE NO PERÍODO ADEQUADO. ART. 5º, DA LEI 7.347/85. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. APELAÇÃO PROVIDA.

I. De acordo com a Lei n. 7347/85, que disciplina a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente e outros, o art. 5º dispõe que as associações poderão ajuizar Ação Civil Pública se existirem há pelo menos um ano, na forma da Lei civil, bem como se a proteção ao meio ambiente estiver inclusa como uma de suas finalidades institucionais.

II. *In casu*, embora a associação autora exista há muitos anos, a inclusão da defesa dos direitos dos seus associados, quando do ajuizamento de ações judiciais, visando a proteção ao meio ambiente, apenas veio a constar do Estatuto a partir de 02/05/2008.

Assim, tendo em vista que a ação foi ajuizada em 18/06/2008, não restaram atendidos os requisitos dispostos na Lei 7.347/85, necessários para que uma associação proponha ação civil pública. Preliminar de ilegitimidade ativa acolhida.

III. A associação não conseguiu comprovar no lapso temporal devido a pertinência temática, isto é, é necessário que a associação já exista

há um ano e tenha pertinência temática, concomitantemente.

IV. Extinção do processo sem resolução do mérito, de acordo com o art. 267, inciso VI do Código de Processo Civil, tendo em vista ausente uma das condições da ação" (fl. 1.939e).

O acórdão em questão foi objeto de dois Embargos de Declaração, rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES INEXISTENTES. QUESTÕES EXPRESSAMENTE ANALISADAS PELO ACÓRDÃO EMBARGADO. IMPROVIMENTO. CARÁTER PROCRASTINATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 18, TJ-CE.

I. Os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida, sendo, portanto, inadmissível a sua oposição para rediscutir questões já tratadas e devidamente fundamentadas, tendo em vista que o acórdão embargado apreciou com fundamentos claros as questões levantadas pela embargante, enfrentando todos os pontos controvertidos e decidindo a demanda segundo os ditames da lei.

II. Quando inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais para interposição dos embargos de declaração, previstos no art. 535, do CPC, o recurso deve ser rejeitado.

III. Embargos de declaração improvidos. Decisão embargada mantida" (fl. 2.026e).

"EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES INEXISTENTES. QUESTÕES EXPRESSAMENTE ANALISADAS PELO ACÓRDÃO EMBARGADO. IMPROVIMENTO. CARÁTER PROCRASTINATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 18, TJ-CE.

I. Os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida, sendo, portanto, inadmissível a sua oposição para rediscutir questões já tratadas e devidamente fundamentadas, tendo em vista que o acórdão embargado apreciou com fundamentos claros as questões levantadas pela embargante, enfrentando todos os pontos controvertidos e decidindo a demanda segundo os ditames da lei.

II. Quando inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais para interposição dos embargos de declaração, previstos no art. 1.022, do atual CPC, o recurso deve ser rejeitado.

III. Embargos de declaração improvidos. Decisão embargada mantida" (fl. 2.065e).

A recorrente sustenta, nas razões de seu Recurso Especial, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 5º da Lei 7.347/85, ao argumentando que: (a)

"ainda que ao tempo da propositura da ação a associação não contava com o tempo reclamado, durante o curso da demanda, o respectivo requisito foi preenchido, sendo, assim, reconhecida a legitimidade ativa" (fl. 2.085e); **(b)** "não bastasse a relativização do requisito temporal, podendo o mesmo ser adimplido no curso da demanda, esta Corte Superior foi além, garantindo o direito de ação, bem como a proteção de interesses coletivos ao dispensar o requisito temporal para a interposição de ação civil pública" (fl. 2.087e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 2.150/2.151e).

A pretensão merece acolhimento.

Na origem, "trata-se de dois recursos de Apelação Cível, manejados pelo Estado do Ceará e pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), em sede de Ação Civil Pública proposta pela Associação Cearense dos Empresários da Construção de Loteadores- ACECOL, com o intuito de que a sentença de fls. 1359/1376 seja modificada por ter julgado procedente o pedido autoral, com a determinação de que os réus se abstenham de tomar medidas que venham impedir as obras para a implantação do arruamento que envolve as quadras do projeto do Condomínio Central Park, na forma como foi aprovado pelo Município de Fortaleza" (fl. 1.940e).

O acórdão recorrido deu provimento aos recursos de Apelação, firme nos seguintes fundamentos:

"Analisando os autos, verifica-se que a Ação original é uma Ação Civil Pública, ajuizada pela Associação Cearense dos Empresários da Construção e Loteadores- ACECOL, visando a compelir o Estado do Ceará a respeitar o traçado urbanístico do Loteamento jardim Fortaleza e que se abstenha de impedir as obras do Condomínio Central Park.

O Estado do Ceará alega, preliminarmente, a ilegitimidade ativa da ACECOL, requerendo a extinção sem resolução do mérito do processo pela falta de uma das condições da ação, qual seja, a possibilidade jurídica do pedido, fato que tem fundamento no artigo 267, inciso VI do Código de Processo Civil.

Quanto à ilegitimidade alegada por um dos apelantes relativas à ACECOL, entendo que a mesma merece ser acolhida, pelos fundamentos a seguir expostos.

De acordo com a Lei n. 7347/85, que disciplina a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente e outros, o art. 5º dispõe que as associações poderão ajuizar Ação Civil Pública se existirem há pelo menos um ano, na forma da Lei civil, bem como se a proteção ao meio ambiente estiver inclusa como uma de suas finalidades institucionais.

(...)

Às fls. 463, consta que, em 02/05/2008, a ACECOL alterou seu Estatuto Social, passando a constar como uma das finalidades da associação a defesa dos direitos dos seus associados, quando do ajuizamento de ações judiciais, visando a proteção ao meio ambiente, passando a atender o disposto no art. 5º, inciso V, alínea b, da Lei 7.347/85.

No entanto, a despeito da associação autora existir desde o ano de 1977 (fls. 430), a inclusão da defesa dos direitos dos seus associados, quando do ajuizamento de ações judiciais, visando a proteção ao meio ambiente, apenas veio a constar do Estatuto a partir de 02/05/2008.

Assim, como os requisitos expostos no artigo supracitado devem ser atendidos concomitantemente, e tendo em vista que a ação foi ajuizada em 17/06/2008 (de acordo com a consulta de processos de 1º grau), não restaram atendidos os requisitos dispostos na Lei 7.347/85, necessários para que uma associação proponha ação civil pública.

Nesse contexto, a ACECOL não demonstrou que se adaptou às novas disposições normativas do Código Civil de 2002. Ou seja, a associação não conseguiu comprovar a pertinência temática no período devido, isto é, demonstrar que o objeto da Ação Civil Pública tem referência

(...)

Dessa forma, entendo como ausente a legitimidade ativa da associação apelada para propor a presente ação civil pública" (fls. 1.943/1.947e).

O entendimento adotado pelo Tribunal de origem, todavia, está em dissonância com a jurisprudência desta Corte, que já reconheceu a legitimidade ativa de associação que complete um ano de constituição durante o curso do processo.

Ademais, é pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de ser dispensável o requisito temporal da associação quando presente o interesse social evidenciado pela dimensão do dano e pela relevância do bem jurídico tutelado.

Nesse sentido:

"RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ASSOCIAÇÃO CIVIL. DIREITO DE INFORMAÇÃO. GLÚTEN. LEGITIMIDADE ATIVA. REQUISITO TEMPORAL. DISPENSA. POSSIBILIDADE.

1. Ação ajuizada em 12/01/2012. Recurso especial interposto em 13/05/2013 e atribuído a este gabinete em 26/08/2016.

2. Cuida-se de ação civil pública com a finalidade de obrigar empresa a veicular no rótulo dos alimentos industrializados que produz a informação acerca da presença ou não da proteína

denominada glúten.

3. **Em observância aos princípios da economia processual e efetividade da jurisdição, deve ser reconhecida a legitimidade ativa da associação que complete um ano de constituição durante o curso do processo.**

4. **É dispensável o requisito temporal da associação (pré-constituição há mais de um ano) quando presente o interesse social evidenciado pela dimensão do dano e pela relevância do bem jurídico tutelado.**

5. É fundamental assegurar os direitos de informação e segurança ao consumidor celíaco, sob pena de graves riscos à saúde.

6. Recurso especial provido" (STJ, REsp 1.443.263/GO, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 24/03/2017).

"PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. LEGITIMIDADE ATIVA. EXPRESSA INCIDÊNCIA DO ART. 82, IV, DO CDC. REQUISITO TEMPORAL. DISPENSA. POSSIBILIDADE. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. DIREITO DE INFORMAÇÃO. PRODUTO. GLÚTEN. DOENÇA CELÍACA. DIREITO À VIDA.

1. Trata-se de Ação Civil Pública com a finalidade de obrigar a parte recorrida a veicular no rótulo dos alimentos industrializados que produz a informação acerca da presença ou não da proteína glúten.

2. **É dispensável o requisito temporal da associação (pré-constituição há mais de um ano) quando presente o interesse social evidenciado pela dimensão do dano e pela relevância do bem jurídico tutelado.** (REsp 1.479.616/GO, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 3/3/2015, DJe 16/4/2015).

3. É fundamental assegurar os direitos de informação e segurança ao consumidor celíaco, que está adstrito à dieta isenta de glúten, sob pena de graves riscos à saúde, o que, em última análise, tangencia a garantia a uma vida digna.

4. Recurso Especial provido" (STJ, REsp 1.600.172/GO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/10/2016).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou**

**provimento** ao Recurso Especial, para afastar a ilegitimidade ativa da associação recorrente, e determinar que o Tribunal de origem prossiga no julgamento das Apelações Cíveis.

I.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**

Relatora

